

# A GESTÃO DO TRABALHO, DO HOMEM E DA VIDA A PARTIR DO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT

Jorge Luiz Candido de Batista\*  
Jane Rodrigues Guimarães<sup>o</sup>

**RESUMO:** De acordo com Michel Foucault os novos procedimentos de poder se aplicam em níveis e formas diversas, tendo-se de ser considerado também o que se encontra para além do âmbito econômico, da produção ou mesmo do Estado. Neste sentido, as questões vinculadas ao trabalho devem ser consideradas levando-se em consideração, também, os aspectos que ultrapassam a esfera econômica e que afetam o homem no que tange o conjunto dos efeitos imprimidos aos corpos, aos comportamentos e às relações sociais por determinados aparelhos pertencentes a uma intrincada tecnologia política. Cabe que sejam determinados e analisados mais atentamente os componentes, os elementos fundamentais, que permitiram que o trabalho tenha sido tornado um ponto de fixação essencial aos diversos discursos que se alicerçam nele, fazendo com que a administração das forças produtivas adquirisse uma circunscrição que abarca o homem não apenas enquanto célula produtiva. Pela mediação dos valores da sociedade moderna ocorre a reconversão dos homens precisamente naquilo contra o que se voltaria a lei evolutiva da sociedade, o princípio do eu: a apreensão dos indivíduos transformados em seres genéricos, idênticos uns aos outros pela sensação de solidão em meio à coletividade. Um aglomerado de gente governada pelos preceitos e técnicas da gestão da vida, nos moldes da escala industrial.

**Palavras-Chave:** Foucault, Trabalho, Subjetivação, Poder.

**ABSTRACT:** In accordance with Michel Foucault the new procedures of being able if apply in levels and diverse forms, having of being also considered what it meets stops beyond the economic scope, of production or of the State. In this direction, the entailed questions to the work must be considered leading in consideration, also, the aspects that exceed the economic sphere and that they affect the man in what refers to the set of the effect printed to the bodies, the behaviors and the social relations for determined devices that belong to an intricate technology politics. They must be determined and analyzed more intently the components, the basic elements, that had allowed that the work has been become an essential point of attachment the diverse speeches that be base on it, making with that the administration of the productive forces acquired a circumscription that involve the man not only while productive cell. For the mediation of the values of the modern society the reconversion of the men in the opposite of the evolutionary law of the society occurs, the principle of I: the perception of the individuals transformed into generic things, identical some to the others for the sensation of solitude in the collective. An agglomerate of people governed for the rules and techniques of the management of the life, in the molds of the industrial scale.

**Keywords:** Foucault, Work, Subjectivity, Power.

---

\* Formado em história pela Universidade Federal de Viçosa – UFV, mestrando em filosofia pelo programa de pós-graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, e-mail: [jorgeluzcandidodebatista@yahoo.com.br](mailto:jorgeluzcandidodebatista@yahoo.com.br).

<sup>o</sup> Bacharela em filosofia pela Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, e-mail: [janerodriguesguimaraes@yahoo.com.br](mailto:janerodriguesguimaraes@yahoo.com.br).

Embora a categoria trabalho jamais tenha sido posta em primeiro plano em nenhuma das obras de Michel Foucault, é facilmente constatável a presença do tema, mesmo que de forma marginal, em diversos de seus escritos. Em *Vigiar e Punir*, por exemplo, é abordada a atuação dos mecanismos de normalização que funcionam dentro das unidades produtivas. “O corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso”.<sup>1</sup> Mesmo em outras obras Foucault menciona o aparecimento, por volta do século XVIII, das análises dos comportamentos sexuais situando-os entre o biológico e o econômico, quando “através da economia política da população forma-se toda uma teia de observações sobre o sexo”.<sup>2</sup>

Uma análise menos atenta poderia induzir à constatação de que a partir dos conceitos de Michel Foucault o trabalho não poderia ser pensado, uma vez que ele jamais se preocupou diretamente com o trabalho enquanto categoria de análise. Se ao se lançar ao estudo da loucura, da sexualidade ou da prisão Foucault teria deixado de lado as questões vinculadas aos trabalhadores, isso se deveu ao fato de o assunto à época (e ainda hoje) estar excessivamente atrelado aos temas do marxismo, além de uma animosidade com os intelectuais marxistas franceses. No entanto, dada a estreiteza entre o trabalho e os mecanismos biopolíticos, mesmo que tomados a partir de outro ponto de análise, percebe-se que a atividade produtiva está inexoravelmente presente em diversos escritos de Foucault.

Ao longo de suas obras há diversas referências ao tema e, embora nenhuma se dedique especificamente ao estudo do trabalho como uma das experiências fundamentais através das quais as relações de poder se manifestam, os conceitos de *biopoder*, *saber-poder*, *tática* e *estratégia*, presentes em diferentes obras, se mostram de extrema pertinência à percepção do trabalho como algo que atua diretamente na subjetivação do homem. Se por um lado o aumento da capacidade produtiva, tanto individual quanto social, promovida pelo modo de produção capitalista, proporcionou um acréscimo na produtividade econômica, que, em tese, seria capaz de contribuir para um mundo mais justo, confere, por outro lado, ao aparelho técnico uma desmesurada força de atuação sobre a população. Como atuariam então esses

---

<sup>1</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 33ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1987, p.28.

<sup>2</sup> IDEM. *História da Sexualidade: a Vontade de Saber* - Vol. I. São Paulo: Editora Graal, 1988, p.32.

mecanismos capazes de, munidos de um embasamento econômico, atuar para além da esfera estritamente produtiva, entrelaçando subjetivação e trabalho?

Para tentar responder a essa questão cabe que sejam determinados e analisados mais atentamente os componentes, os elementos fundamentais, que permitiram que o trabalho fosse tornado um ponto de apoio, de fixação, essencial aos diversos discursos que se alicerçam nele.

A partir dos conceitos presentes na produção teórica de Michel Foucault, é possível perceber a articulação entre o discurso, constituído enquanto um saber-poder, acerca do trabalho, bem como de sua expropriação, e os efeitos normativos engendrados por esse discurso. Uma vez que, de acordo com o autor, os novos procedimentos de poder se aplicam em níveis e formas diversas, há de se considerar, também, o que se encontra para além do âmbito econômico, da produção ou mesmo do Estado.

Se considerarmos que os fatores dinâmicos das mudanças sociais devem ser buscados na ampliação das forças produtivas e nas relações que os homens são compelidos a constituir entre si, a fim de atender as suas necessidades materiais; em nome de uma melhor organização dessas forças foram desenvolvidas uma série de técnicas com o pretense intuito de que fosse aumentada a produtividade, o que de fato se verificou. Contudo, se essa aproximação em torno do trabalho poderia conter o germe para o desenvolvimento do homem, no sentido do aprimoramento de sua sociabilidade, uma vez que o põe em contato com os outros indivíduos, mais do que com a natureza, na sociedade burguesa manifesta-se a oposição entre a personalidade individual e o trabalho coletivizado. Forma de atuação esta das forças produtivas imposta como condição de vida pelas relações das quais faz parte o indivíduo, inserido em uma multidão de trabalhadores devidamente organizada e controlada.

Atrelados a essa implementação da capacidade produtiva, medidas técnicas tiveram de socorrer o processo administrativo de controle. Entretanto, apesar de amplamente utilizados pelo modo de produção que se desenvolvera a partir do século XIX, essas medidas já podiam ser observadas em instituições não economicamente produtivas, tais como leprosários, sanatórios e instituições penais. O interesse manifestado pelo sistema burguês se fixou em torno das técnicas em si, não na constatação de que os lazaretos, os loucos ou os delinquentes serem excluídos, mas no próprio procedimento de exclusão. Esses procedimentos, re-inseridos, foram fundamentais para a formação e disseminação de um dado modo de vida, para a constituição de um corpo burguês. A visão do trabalho como elemento que agrega valor não apenas às mercadorias, mas também ao próprio homem em seu modo específico de

se fazer como tal, ou mesmo como fator enobrecedor do homem, é um discurso originário e historicamente burguês, que, em seus contínuos deslocamentos e arranjos, induz a efeitos de classe específicos. Por este prisma, as relações de trabalho e de produção constituiriam a única trama (ou a estrutura autêntica da história), de onde as diversas formas de consciência não passariam apenas de reflexos.

A administração das forças produtivas adquire uma circunscrição que abarca o homem não apenas enquanto célula produtiva, promovendo também, pela mediação dos valores da sociedade moderna, a reconversão dos homens precisamente naquilo contra o que se voltaria a lei evolutiva da sociedade, o princípio do eu: a apreensão dos indivíduos transformados em seres genéricos, idênticos uns aos outros pela sensação de solidão em meio à coletividade. Um aglomerado de gente governada pelos preceitos e técnicas da gestão da vida, nos moldes da escala industrial. Neste sentido, toda atividade coordenada, de caráter físico e/ou intelectual, necessária à realização de qualquer tarefa, que implicasse na aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar determinado fim, adquiriria o papel de um ponto ideal, tornado indispensável para o funcionamento das discursividades, servindo-lhes de ponto de fixação. Ou seja, o trabalho seria uma idéia complexa, historicamente construída no interior de múltiplos dispositivos sociais.

Deve-se pensar nas questões vinculadas ao trabalho, portanto, levando-se em consideração, também, os aspectos deste que ultrapassam a esfera econômica e que afetam o homem no que tange o conjunto dos efeitos imprimidos aos corpos, aos comportamentos e às relações sociais por determinados aparelhos pertencentes a uma intrincada tecnologia política. Os dispositivos reguladores atuam de modo a se fixarem ao trabalho, de modo a torná-lo ponto de apoio de um discurso que contribui para o controle dos indivíduos bem como da gestão da população.

Nessa progressão que vai do homem/indivíduo para o homem/abstrato, da personificação para a impessoalização, das limitações e mediações culturais para a liberdade e interferência econômicas, a economia política, passo a passo, formula com cada vez clareza as condições de uma indiferenciação sem barreiras; interligando, com isso, as alienações individuais ao fenômeno populacional, que se pretende, ou se apresenta, universal.

Um ponto tornado ideal para toda essa série de transformações é a atividade produtiva, já que o uso da força de trabalho, o trabalho, se mostra como a própria atividade fundamental do trabalhador. “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso,

uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.”<sup>3</sup>

Através de uma análise crítica, contudo, é possível fazer reaparecerem elementos subjulgados que se fazem presentes, embora ocultos, no interior de sistemáticos complexos atuantes em todo corpo social. Complexos estes que, munidos de determinados discursos de verdade,<sup>4</sup> por sua vez validados por uma instância que lhes é superior, a instituição, exercem um efeito centralizador, estratégico, fundamental para as orientações e re-orientações das linhas de força que traspassam as relações de poder.<sup>5</sup>

Faz-se necessário o acurado entendimento de quais são e como funcionam os diversos mecanismos regulamentadores que atuam, neste caso, em torno do trabalho, pois são justamente eles que atuam localmente, permitindo que sejam alcançados estados a serem considerados em conjunto, de forma global. As grandes dominações são construídas a partir de conflitos localizados, conectados e reorientados por linhas de força. Diante disso, há de se considerar os processos ligados à vida do homem, levando-se em consideração as diversas formas de intervenção nesses processos que colaboram para a construção de sua subjetividade. Intervenções estas que garantem não apenas uma disciplina, voltada para o homem enquanto indivíduo, mas, igualmente, uma regulamentação, que age sobre o homem como coletividade, como população.

Como fonte primária das relações de poder, de acordo com Foucault, não há um embate global tal qual dominadores e dominados comportassem-se como o conjunto de duas forças, paralelas e contrárias, atuando de um extremo ao outro do corpo social. Consideremos a hipótese de que os múltiplos embates, as relações mútuas entre as diversas forças que se

---

<sup>3</sup> MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. “Volume I, Livro Primeiro: O processo de produção do capital.” 2ª edição. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p.50

<sup>4</sup> “... numa sociedade como a nossa – mas afinal de contas, em qualquer sociedade – múltiplas relações de poder perpassam, caracterizam, constituem o corpo social; elas não podem dissociar-se, nem estabelecerem-se, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação, um funcionamento do discurso verdadeiro. Não há exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele.” FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.28.

<sup>5</sup> “... o poder não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis...” IDEM. *História da Sexualidade I: A vontade de Saber*. 17 edição. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p.104.

formam e operam nos aparelhos de produção, as instituições (sejam elas a prisão, a clínica ou a fábrica) servem de apoio a abrangentes clivagens. As grandes dominações são, por conseguinte, resultados hegemônicos que a veemência de todos esses embates localizados, interligados por linhas gerais de força, sustém.

Consideremos também a enorme abrangência das intervenções que, de uma forma ou de outra, se relacionam com o trabalho. Clérigos, psiquiatras, urbanistas, sanitaristas, enfim, uma série de autoridades responsáveis por gerir alguma forma de algo que se proponha a proporcionar o bem estar das populações e dos indivíduos, historicamente, já se fez valer do trabalho como ponto de apoio para seus discursos, seja pelos males provocados pelo ócio, seja pelos benefícios proporcionados pelo trabalho. Em função de se promover um melhor aproveitamento do homem e de sua capacidade produtiva, no sentido estrito do termo, cumpre falar do trabalho como algo a ser gerido, inserido em sistemas de utilidade, devidamente regulado para o bem de todos, funcionando de acordo com um padrão ótimo. O trabalho, assim como o ócio, não se julga, administra-se somente.

Esta visão empreendedora, reguladora, capitalista, encontra sua expressão nas metodologias de poder atualmente em vigor, que funcionam não pela punição, não pela morte, mas pelo rigoroso controle dos processos produtivos, dos processos vitais; se exercem em condições e formas que se projetam além do Estado e de seus aparelhos. De acordo com Michel Foucault, essa forma de manifestação das relações de poder, sobre a vida, foi empregada a partir do século XVII em torno de dois eixos. Um deles, baseado no corpo como máquina, ocupou-se do seu adestramento, do acrescentamento de suas capacidades, da exaço de suas forças; o que, paralelamente, proporcionou o crescimento de sua utilidade, inserindo o corpo em um conjunto de regras, de normas, entrelaçadas numa concatenação lógica, ou pelo menos verossímil, formando com isso um todo (estratégias globais, táticas locais e corpo) supostamente coeso, aparentemente harmônico. O segundo eixo centrou-se no corpo enquanto espécie, no corpo atravessado pela mecânica do ser vivo, como base de processos biológicos tais como a reprodução, os nascimentos e mortalidades.<sup>6</sup>

Para Foucault, a junção desses dois eixos não se fará no plano de um discurso especulativo, mas na forma de políticas concretas que serão a composição da grande tecnologia de poder que se instaura a partir do século XIX. Concomitantemente à chamada

---

<sup>6</sup> IBID. p.151-152

Revolução Industrial, a gestão do trabalho atuou justamente como um desses agenciamentos que irão promover a articulação entre as disciplinas anátomo-políticas do corpo humano, e os controles bio-políticos da população, constituindo um ponto de intervenção, ao mesmo tempo, na vida do indivíduo e na vida da população, permitindo o surgimento, o desenvolvimento e a manutenção de formas de intervenção atuantes no corpo e na espécie.

Essas são as razões pelas quais o discurso construído em torno do trabalho pode ser considerado, assim como a sexualidade, uma das experiências fundamentais através das quais o poder é exercido. Se o trabalho é comumente entendido como atividade cujo fim é a transformação dos elementos da natureza ou a modificação do ambiente para satisfazer as necessidades humanas, implicando com isso em certo grau mais ou menos elevado de esforço, sofrimento ou fadiga, que constitui o custo humano do trabalho, junto com essa inegável necessidade estabelecem-se relações que vão além do que é material.

Pensando-se no trabalho como algo cujo resultado, cuja aplicação, não se restringe somente à produção material, mas atua também junto à produção de discursos, um questionamento logo vem à tona: qual seria, então, a relação entre o poder e a economia? Até o século XIX o poder foi interpretado, definido, como algo com a propriedade de atender a interesses econômicos bem definidos que, a partir da ascensão burguesa, em linhas gerais, giram em torno de impulsionar o acúmulo de capital, estando, neste caso, as relações de dominação circunscritas aos meios de produção inerentes ao sistema capitalista.

No entanto, devido a esse efeito do trabalho que extrapola a produção material, e que não a visa diretamente, não parece adequado que o poder seja visto como algo que atua em prol da manutenção das relações econômicas. A sensação de bem estar, ou mesmo felicidade, provocada, por exemplo, pela posse de uma atividade remunerada não se vincula, em muitos casos, à satisfação pelo que se faz. É muito comum haver descontentamento com a atividade, mas faz-se crer que ela por si, mesmo desconsiderando-se o pagamento, deve ser capaz de trazer um sentimento de realização, de prazer, simplesmente por se estar livre do não fazer nada. Por outro lado, é comum a existência de um sentimento de profundo pesar quando da falta de trabalho que vai além da eventual escassez de recursos que esta pode causar. A sensação de inutilidade provocada pela não realização de atividade considerada produtiva, assim como o regozijo de trabalhar, parecem dar forma a um mecanismo de controle que articula trabalho, capitalismo e sujeição.

Sendo o poder em si uma relação de força, melhor apropriado seria que as relações

econômicas, e o que deriva delas para além das forças produtivas, que atinge a sensibilidade humana, fossem analisadas não como alguma coisa a quem o poder serve. Seria justamente o contrário. Determinados pressupostos econômicos é que atuariam como discursos de verdade, contribuindo, assim, com a reorientação das táticas localizadas de poder, que, desse modo, dão forma a estratégias de efeitos globais.

Desse modo, uma vez que pressupostos econômicos podem ser, então, analisados como um discurso de verdade, tal como os saberes médicos e os discursos científicos em geral, saberes que delimitam os limites de direito do poder, regras de direito que demarcam com suas formalidades a extensão da atuação de um discurso, o saber econômico é um saber intimamente relacionado com a produção da verdade, sem a qual não se pode exercer o poder. Somente através do discurso verdadeiro é possível a atribuição de valores, o julgamento, a reprovação; influenciando de forma patente o modo como se vive. Uma dessas verdades produzidas por esse tipo de saber está expressa na relação que as coletividades estabelecem com o trabalho. Independente da necessidade material dos indivíduos, o trabalho muitas vezes é posto como uma necessidade em si, como fonte de dignificação, discurso este que contribui para que as populações se tornem mais suscetíveis ao controle.

Em dado momento, os mecanismos disciplinares e normatizadores em torno da repressão ao ócio parecem ter não somente possibilitado práticas que contribuíssem com a expropriação dos frutos do trabalho, mas também se tornaram vantajosos politicamente, atuando sobre a forma como as pessoas viviam. Devido ao fato do trabalho estar diretamente ligado às relações de produção, os mecanismos de repressão vinculados a ele após meados do século XVIII são freqüentemente analisados segundo uma lógica direta entre trabalho e expropriação da mais valia, relegando-se para segundo plano o estudo da construção dos discursos bem como dos procedimentos normatizadores.

Com o advento do poder disciplinar constituiu-se uma nova mecânica que recai sobre os corpos e sobre as suas atividades, mais do que sobre o que eles produzem. Há de se considerar que o poder disciplinar permite a expropriação da força de trabalho, incorrendo na mais valia e na acumulação, contudo, o poder disciplinar recai essencialmente sobre os indivíduos e não sobre a riqueza. É a partir do biopoder<sup>7</sup> que o trabalho é rearticulado

---

<sup>7</sup> Uma tecnologia que “se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela [essa tecnologia] forma, ao contrário, uma massa global afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como nascimento, morte, a produção, a doença, etc.” IDEM. *Em defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.289.

constituindo-se como tática, articulando-se tanto com a disciplina, já que se dirige à multiplicidade, atuando nos corpos de forma individual, vigiando-os, treinando-os e, casualmente, punindo-os; quanto com a biopolítica, uma vez que também se dirige aos homens enquanto populações, formando uma massa global.

Para além das questões práticas, o quadro teórico esboçado pelo presente artigo põe em foco possíveis diálogos entre o pensamento de Foucault e o marxismo. É notório o fato de o filósofo francês ter sido um ferrenho crítico das teorias desenvolvidas a partir dos escritos de Karl Marx. Mesmo tendo Foucault em sua juventude se alinhado ao quadro marxista, posteriormente se desentendeu com o Partido Comunista Francês, passando de partidário a crítico. No entanto, apesar dessa querela, Foucault não adotava uma postura anti-marxista.

Se a concepção marxista de luta permite estabelecer as etapas para a tomada do poder, para Foucault o poder não é algo a ser conquistado ou perdido, atua antes como uma estratégia que funciona no interior dos enfrentamentos entre os grupos sociais. Estratégia esta que circula entre diferentes elementos sociais que não possuem traços de dependência para com o Estado, tais como a igreja, a família ou a unidade produtiva, principalmente a partir do modo de produção burguês, quando, concomitantemente ao advento da biopolítica, as tecnologias de controle cada vez mais de desatrelam do Estado.

Soma-se a isso a excessiva atenção dada pelo Partido Comunista à luta entre burguesia e proletariado, relegando-se outras lutas tais como a do movimento anti-manicomial, a da causa feminista, a dos presidiários. Talvez, no intuito de corrigir essa dissimetria Foucault migra das lutas que giram em torno da exploração econômica para se lançar contra as sujeições políticas, embora não fosse por ele descartada a existência da exploração econômica. Através do quadro teórico construído por Michel Foucault fica suficientemente clara a possibilidade de se analisar a exploração de uma classe por outra, mas essa exploração, no entanto, não se configuraria a partir e tão somente sobre bases econômicas. Neste sentido é que a categoria trabalho prescinde de uma análise que se processe a partir de outro ponto, não ignorando as análises econômicas (ou economicistas) que vigoram desde o século XIX, mas não sendo limitado por elas.

### **Referências bibliográficas**

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *História da Sexualidade: a Vontade de Saber* - Vol. I. São Paulo: Editora Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. 23ª edição. São Paulo: Editora Graal, 2007.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 33ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. “Volume I, Livro Primeiro: O processo de produção do capital.” 2ª edição. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MACHADO, Roberto. *Foucault a Ciência e o Saber*. São Paulo: Jorge Zahar, 2006.

*Artigo recebido em 01/08/2009*  
*Aceito em 20/10/2009*